

# CONCURSOS

---

## XXXVII CONCURSO PARA INGRESSO À CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

### PROVA PREAMBULAR

#### Instruções Gerais

Leia com atenção:

1. Preencha, apenas, a parte inferior da folha de respostas, com os dados de identificação.
2. Não olhe para os lados e nem formule qualquer espécie de perguntas relativas às questões. Após as instruções fornecidas anteriormente ao início da realização da prova, nada mais será respondido.
3. Responda às questões formuladas, preenchendo as grades, sem rasurar. A primeira grade refere-se às questões de Português e a segunda, às questões de Conhecimentos Gerais de Direito.
4. Não utilize material de consulta que não tenha sido revisado pelos fiscais de prova.
5. Não deixe de assinar a lista de presenças.
6. A prova tem a duração de seis horas.

PROVA DE PORTUGUÊS — preencha a grade

1. Ocorre erro, por falta ou uso indevido de acento gráfico, em:
  - a) Lá, ele não vai pôr nada.
  - b) Se não paras de reclamar, vais para a rua.
  - c) Vai para lá e pára.
  - d) Pelo assoalho, vêem-se pelos de rato.
  - e) Ela não pôde vir ontem, ou não pode vir nunca?
2. Nas alternativas abaixo:
  - I — construíram — construiriam — construirmos
  - II — substituímos — substituíste — substituíram
  - III — substituíamos — substituísses — substituímos
  - IV — influído — influíamos — influímos
  - V — contribuiste — contribuíram — contribuímos

assinale a letra em que todas as palavras devem receber acento gráfico:

- a) II, III e IV
  - b) I e III
  - c) IV e V
  - d) I, II e V
  - e) II e IV
3. Ambas as palavras exigem acento gráfico em:
- a) indisporas — biquini
  - b) caracteres — (os) líderes
  - c) novel — interim
  - d) destroem — mister
  - e) gratuito — concluído
4. O gênero está indicado incorretamente em:
- a) omoplata — masculino
  - b) cai — feminino
  - c) grama (= peso) — masculino
  - d) champanha — masculino
  - e) moral (= ânimo) — masculino
5. Ambas as palavras exigem hífen em:
- a) contra cheque — semi direto
  - b) pan americano — pre estabelecer
  - c) co seno — inter relacionar
  - d) sub itens — supra mencionado
  - e) inter estadual — (o) bem estar
6. Assinale a alternativa em que a grafia está incorreta:
- a) encharcado — enxurrada
  - b) charquearam — piche
  - c) atarracharam — anxova
  - d) chuchu — xampu
  - e) enxergavam — relaxamento
7. Assinale a alternativa em que a grafia está incorreta:
- a) ascensão — concessão — soçobrar
  - b) condescender — exitoso — extemporâneo
  - c) alforje — herege — jibóia
  - d) torção — mexilhão — mechar
  - e) dissensão — enchovalhar — freguezia

8. Indique a alternativa em que a grafia está correta:

- a) eletrecista — casemira
- b) maizena — dignatário
- c) discrição — empecilio
- d) esdrúxulo — extrapolação
- e) excusas — desintéria

9. Selecione a alternativa que completa corretamente a lacuna da frase apresentada.

Os dois cônjuges nada mais \_\_\_\_\_ em comum, nada \_\_\_\_\_ do mesmo modo; apenas o hábito os \_\_\_\_\_ juntos.

- a) tem — vêm — mantêm
- b) tem — vêem — mantém
- c) têm — vêem — mantém
- d) têm — vêem — mantêm
- e) têm — vêm — mantêm

10. Escolha a alternativa em que o texto é apresentado com a pontuação correta:

- a) Depois que há algumas gerações, o arsênico deixou de ser vendido, em farmácia, não diminufram os casos de suicídio, ou envenenamento criminoso, mas aumentou — e quanto... o número de ratos.
- b) Depois que há algumas gerações o arsênico, deixou de ser vendido em farmácia, não diminufram os casos de suicídio, ou envenenamento criminoso, mas aumentou: e quanto! o número de ratos.
- c) Depois que, há algumas gerações, o arsênico deixou de ser vendido em farmácia, não diminufram os casos de suicídio ou envenenamento criminoso, mas aumentou — e quanto — o número de ratos.
- d) Depois que há algumas gerações o arsênico deixou de ser vendido em farmácia — não diminufram os casos de suicídio, ou envenenamento criminoso, mas aumentou, e quanto — o número de ratos.
- e) Depois que, há algumas gerações o arsênico deixou de ser vendido em farmácia, não diminufram os casos de suicídio ou envenenamento criminoso, mas aumentou; e quanto, o número de ratos.

11. Assinale o período de pontuação correta:

- a) O velho, que era mais prudente, conseguiu acalmar os moços, que se detiveram por instantes, hesitando.
- b) O velho que, era mais prudente, conseguiu acalmar os moços que se detiveram, por instantes, hesitando.
- c) O velho, que era mais prudente, conseguiu acalmar os moços que, se detiveram por instantes, hesitando.
- d) O velho que, era mais prudente, conseguiu acalmar os moços que, se detiveram por instantes hesitando.
- e) O velho que era mais prudente conseguiu acalmar, os moços que se detiveram, por instantes hesitando.

12. A representação abreviada está incorreta em:
- General — Gen.
  - Muito Digno — M. D.
  - 12 horas e 30 minutos — 12hs30min.
  - 200 gramas — 200 g
  - 30 hectares — 30ha
13. Assinale a alternativa incorreta quanto à concordância verbal:
- Rita e tu estais de safda.
  - Um bando de coisas passou pela minha cabeça.
  - Dói-te a consciência do modo pelo qual desconfiaste daquele homem?
  - Quais de vós estão arrependidos pelo sucedido?
  - Vai passar cem anos e Mário ainda não terá esquecido o caso.
14. Assinale a alternativa correta:
- Convém que se *levantem* os problemas, que se *reflita* sobre os assuntos e não se *tomem* medidas apressadas.
- Substituindo-se os verbos sublinhados respectivamente por “falar”, “avaliar” e “pensar”, obtém-se a construção correta.
- Convém que se falem dos problemas, que se avaliem os assuntos e não se pensem em medidas apressadas.
  - Convém que se fale dos problemas, que se avaliem os assuntos e não se pense em medidas apressadas.
  - Convém que se fale dos problemas, que se avalie os assuntos e não se pense em medidas apressadas.
  - Convém que se falem dos problemas, que se avalie os assuntos e não se pense em medidas apressadas.
  - Convém que se fale dos problemas, que se avalie os assuntos e não se pensem em medidas apressadas.
15. Selecione a alternativa que completa corretamente a lacuna da frase apresentada.
- Aborrecida, Carlota impediu- \_\_\_\_\_.
- lhes a entrada
  - lhes de entrarem
  - os a entrada
  - lhes de que entrassem
  - os que entrassem
16. Assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas da frase apresentada:
- Quantos \_\_\_\_\_ que silenciam o coração quando neste \_\_\_\_\_ razões mais verdadeiras que as da cabeça!

- a) há-de-haverem — pode existirem
- b) há de haver — podem existir
- c) não de haver — podem existir
- d) há de haver — pode existir
- e) há-de-haver — pode existir

17. Marque a opção que preencha os espaços vazios com acerto:

\_\_\_\_\_ apenas algumas páginas de história para provar que daquelas terras  
\_\_\_\_\_ saído inúmeras riquezas \_\_\_\_\_ posse tinha direito.

- a) Bastaria — havia — cuja
- b) Bastariam — haviam — cuja
- c) Bastariam — havia — a cuja
- d) Bastariam — haviam — a cuja
- e) Bastaria — havia — a cuja

18. Ocorre erro de regência verbal em:

- a) Achei muito arriscada a tarefa de cuja execução incumbiram ao rapaz.
- b) Vários são os objetivos que nos propomos.
- c) A sede de poder faz com que o homem sempre aspire a uma posição mais elevada.
- d) Não era preciso bater a porta com tanta força; ela fecha com facilidade.
- e) Paz e harmonia, eis o fim a que visam todas as religiões.

19. Ocorre erro de regência verbal em:

- a) Nossos gastos obedecem a controles rigorosos.
- b) Preferia perder a vida a praticar semelhante gesto.
- c) Cientifique aos candidatos que as provas já foram marcadas.
- d) Nunca aspirei a tais honrarias.
- e) Assistirei a essas conferências, pois os assuntos que serão analisados vêm ao encontro de meus interesses e necessidades.

20. Assinale a alternativa correta:

Substituindo os verbos sublinhados no período: “Ele *acompanhou* a audiência na qual o magistrado *perdoou* os culpados: o inquérito que se *realizou* nada apurou”. — pelos verbos *presidir*, *absolver* e *proceder*, tem-se como resultado a construção:

- a) Ele *presidiu* a audiência na qual o magistrado *absolveu* aos culpados: o inquérito que se *procedeu* nada apurou.
- b) Ele *presidiu* à audiência onde o magistrado *absolveu* os culpados: o inquérito à que se *procedeu* nada apurou.
- c) Ele *presidiu* à audiência na qual o magistrado *absolveu* aos culpados: o inquérito à que se *procedeu* nada apurou.

- d) Ele presidiu a audiência na qual o magistrado absolveu os culpados: o inquérito a que se procedeu nada apurou.
- e) Ele presidiu à audiência na qual o magistrado absolveu os culpados: o inquérito à que se procedeu nada apurou.

21. O verbo que mantém o mesmo sentido quando muda a construção é o da alternativa:

- a) Muitos empresários visam ao sucesso. / O diretor visou o programa de televisão.
- b) Os consumidores querem bons livros. / Os telespectadores querem bem aos ídolos da televisão.
- c) A leitura de boas revistas implica grandes alegrias. / Alguns implicam com certos programas de rádio.
- d) Aconselhou-lhe a leitura daquele livro. / Aconselhou-o a ver aquele programa de televisão.
- e) Os técnicos assistem os programadores de televisão. / Aquele escritor assiste ao sucesso de seu livro.

22. Assinale a opção que completa corretamente as lacunas da seguinte frase:

Quando Mário chegou \_\_\_\_\_ casa, pediu \_\_\_\_\_ mãe que lhe entregasse a chave; ela começou \_\_\_\_\_ procurá-la na sacola. Não estava. Devia tê-la dado \_\_\_\_\_ alguém? Mas \_\_\_\_\_ quem? Talvez \_\_\_\_\_ tia Maria que, \_\_\_\_\_ oito horas da manhã, se dirigira \_\_\_\_\_ Paris.

- a) à — a — à — à — a — à — as — a
- b) a — à — a — a — a — à — às — a
- c) a — a — a — à — à — à — as — à
- d) à — à — à — a — à — a — às — à
- e) a — à — a — à — a — à — às — a

23. Assinale a alternativa correta:

- a) Em encontrando-o, dir-lhe-ei a verdade.
- b) Ninguém retirou-se antes de dar o sinal.
- c) Quando se encontra o desconhecido, nossa obrigação é o cumprimentar.
- d) O tempo lhe dirá quem está com a razão.
- e) Minha mãe acordou tão transtornada que ordenou me mandassem buscar ao seminário.

24. Indique a alternativa correta:

- a) Filmes, novelas, boas conversas, nada o tiravam da apatia.
- b) A pátria não é ninguém: são todos.
- c) Se não vier as chuvas, como faremos?
- d) É precaríssima as condições do prédio.
- e) Vossa Senhoria vos preocupais demasiadamente com vossa imagem.

25. Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas:

I — O intruso já tinha sido \_\_\_\_\_.

II — Não sabia que já haviam \_\_\_\_\_ a casa.

III — Mais de uma vez lhe haviam \_\_\_\_\_ a vida.

- a) expulsado, coberto, salvo.
- b) expulso, cobrido, salvo.
- c) expulsado, cobrido, salvado.
- d) expulso, coberto, salvo.
- e) expulso, coberto, salvado.

26. Selecione a alternativa que contém as formas adequadas ao preenchimento das lacunas:

\_\_\_\_\_ onze horas que se \_\_\_\_\_ iniciado os trabalhos de apuração dos votos sem que se \_\_\_\_\_ os candidatos vencedores.

- a) fazia — haviam — previssem
- b) faziam — haviam — prevesse
- c) fazia — havia — previsse
- d) faziam — havia — previssem
- e) fazia — haviam — prevessem

27. Selecione a alternativa que completa corretamente as lacunas da frase apresentada:

A população \_\_\_\_\_ em tempo: economizou e \_\_\_\_\_ às necessidades de todos, por um mês, no mínimo.

- a) precaveu — proveu
- b) precaveu-se — proveu
- c) precaviu — proviu
- d) precaviu-se — proveu
- e) precaviu-se — proviu

28. Complete a frase com a alternativa correta:

Talvez não \_\_\_\_\_ receber-me; entre \_\_\_\_\_ e ela \_\_\_\_\_ diferenças intransponíveis.

- a) quisesse — mim — havia
- b) quizesse — eu — haviam
- c) quisesse — eu — haviam
- d) quizesse — mim — havia
- e) quisesse — mim — haviam

29. Assinale a opção que completa corretamente a lacuna da frase:

São excelentes técnicos \_\_\_\_\_ colaboração não podemos prescindir.

- a) cuja
- b) de cuja
- c) que a
- d) de que a
- e) dos quais a

30. Unindo as duas orações:

Na escola, havia encontros artísticos.

Nós sempre comparecíamos aos encontros artísticos.

Com o auxílio do pronome relativo, obtém-se a construção correta:

- a) Na escola, havia encontros artísticos que nós sempre comparecíamos.
- b) Na escola, havia encontros artísticos a que nós sempre comparecíamos.
- c) Na escola, havia encontros artísticos os quais nós sempre comparecíamos.
- d) Na escola, havia encontros artísticos e nós sempre comparecíamos.
- e) Na escola, havia encontros artísticos em que nós sempre comparecíamos.



ERRATA: Na página 4, questão 21, alternativa e), onde se lê assite, leia-se assiste.

#### QUESTÕES DE DIREITO PENAL

1. Na Chacina da Candelária, em que nem todos os menores morreram, não podemos afirmar, sob o ponto de vista penal (abstraindo-se a eventual condição policial dos envolvidos):
  - a) que houve concurso formal imperfeito;
  - b) que os crimes contra a vida, consumados e tentados, são qualificados, por interpretação analógica, pelo fato de as vítimas estarem dormindo ou repousando;
  - c) que está afastada a minorante do § 1.º do art. 29 do CP em favor do partícipe que, em seu táxi, mediante paga, tenha transportado e aguardado os executores no local dos crimes;
  - d) que a hediondez do episódio possa operar como circunstância judicial na aplicação da pena;
  - e) que a adequação típica de todos os fatos ocorridos é de subordinação imediata.
  
2. Durante a madrugada, T e U, ambos com 19 anos, entram em uma loja para furtar, através da tubulação do ar-condicionado. Pegam, para si, dez mil cruzeiros reais, depositados no caixa. Ao saírem, são surpreendidos pelo proprietário. Fogem em uma moto. Menos de uma quadra depois, colidem com uma viatura policial, resultando danos materiais. T é preso na posse de oito mil cruzeiros reais. U, que não foi identificado, consegue escapar, levando o restante do dinheiro.

Assinale a opção incorreta:

- a) T responderá por furto qualificado consumado pela escalada e concurso de agentes, pouco importando a não-identificação do co-autor e sem a incidência da causa de aumento do § 1.º do art. 155 do CP. O furto é crime cujo tipo básico apresenta elemento normativo jurídico.

- b) A prescrição, pela pena *in abstracto*, ocorrerá em seis anos, e, se T for condenado à pena de dois anos de reclusão, sua eventual revelia, por si só, não pode ser causa impeditiva do "sursis".
- c) Se logo após a batida, ao ouvir a voz de prisão e perceber a fuga do comparsa, T, para não ser preso, desferisse socos nos policiais, responderia, além do furto, por tantos crimes de resistência quantos fossem os policiais, em concurso formal, sem prejuízo de crime contra a pessoa.
- d) Caso T e U tivessem sido surpreendidos assim que entraram na loja, e T, para conseguir subtrair o dinheiro do caixa, efetuasse disparos contra o proprietário, ferindo-o levemente, mas, por erro de execução, também acertasse e matasse seu comparsa, responderia por latrocínio, ainda que não levasse o dinheiro.
- e) Na hipótese da letra *d*, caso U não tivesse sido atingido e os disparos fossem desferidos, não para a subtração do dinheiro, mas para que fugissem livremente, seria caso de tentativa de furto duplamente qualificado em concurso com crime contra a pessoa.

3. Assinale a opção que contiver assertiva(s) incorreta(s):

- a) Da lei penal e do erro: 1) relativamente ao tempo do crime, o CP adota a teoria da atividade; 2) o princípio da justiça universal fundamenta hipótese de extraterritorialidade condicionada a lei penal; 3) o erro de tipo, caso de tipicidade objetiva e atipicidade subjetiva, pode recair sobre qualquer elemento, circunstância qualificadora ou agravante, e, eventualmente, levar a uma desclassificação do crime.
- b) Da tentativa: 1) a tentativa não é incompatível com os crimes formais; 2) respondem por tentativa de homicídio, na forma comissiva por omissão os pais da criança quase esfomeada, de quem retiraram a alimentação com dolo de matar, encontrada e salva por terceiros; 3) a persuasão da vítima não descaracteriza a voluntariedade da desistência.
- c) Do crime culposo: 1) pode haver estado de necessidade em fato culposo; 2) o médico que dá causa à morte do paciente ao não seguir a regra inerente à sua profissão, porque a desconhece, não é destinatário do aumento do § 4.º, 1.ª hipótese, do art. 121, do CP; 3) o princípio da confiança serve de limitador concreto do dever de cuidado.
- d) Da culpabilidade: 1) a legítima defesa putativa, por erro inevitável quanto à injustiça da agressão, exclui a culpabilidade; 2) os movimentos reflexos, o sono ou sonambulismo e a hipnose, excluem a culpabilidade devido à ausência de voluntariedade; 3) na coação moral irresistível não é necessário que o mal renunciado pelo coator se dirija contra o coato, nem que o coator queira concretizar a ameaça.
- e) Da extinção da punibilidade: 1) para fins de prescrição e decadência, não se conta o aumento do concurso formal e do crime continuado; 2) constitui causa extintiva da punibilidade, aplicável tanto ao *caput*, como aos §§ 1.º e 2.º, a retratação prevista no § 3.º, do art. 342, do CP; 3) a causa prevista no art. 107, VII, do CP, incide antes ou depois da sentença condenatória irreversível, comunicando-se em caso de co-autoria ou participação.

4. Assinale a letra que contiver assertiva incorreta:

- a) Da pena: havendo concurso material e aplicada pena privativa de liberdade em relação a um dos crimes, porém negado o *sursis*, no tocante ao demais não é possível a imposição de pena restritiva de direitos, nos moldes do art. 44, em substituição à detentiva.

- b) Do cumprimento da pena: "V", provisoriamente preso às 12 horas de 10.8.90, e desde então mantido recluso, em 9.5.91 restou definitivamente condenado a sete anos de reclusão. Sua pena estará cumprida às 24 horas de 9.8.97.
- c) Da remição: o exercício de atividade laborativa autorizada, manual ou intelectual, dentro ou fora do presídio, pode remir parte do tempo da pena. A luz da jurisprudência do TJRS, o tempo remido deve ser descontado do total da pena, e, não, somado ao lapso já efetivamente cumprido.
- d) Do *sursis*: se o réu comete crime na vigência do benefício, o *sursis* não poderá ser revogado enquanto não for definitivamente condenado pela nova infração penal.
- e) Do livramento condicional: se o liberado responde por crime cometido antes da vigência do livramento, ao término do período de prova o juiz não pode declarar a extinção da punibilidade.
5. Assinale a letra em que estiver assertiva(s) incorreta(s):
- a) Dos crimes contra a pessoa: 1) o prazer de matar e a vaidade criminal, como motivos, a sabotagem e o enforcamento, como meios, e o disfarce, como modo de execução, qualificam o homicídio; 2) para fins do art. 129, § 1.º, inciso II, do CP, é irrelevante encontrar-se a vítima reestabelecida ao tempo do exame complementar; 3) comete omissão de socorro, crime cujo tipo é misto cumulativo, o médico que, em seu consultório, recusa assistência a doente em estado grave, sem dinheiro, privado de socorro, a pretexto de falta de convênio.
- b) Dos crimes contra o patrimônio: 1) no roubo, para a caracterização da violência física, não é necessário que ocorra lesão corporal, bastando a via de fato; 2) pratica apropriação indébita qualificada o inventariante que rompe o cofre da herança, recebido em depósito necessário, e pega para si os bens nele guardados; 3) na receptação dolosa, própria e imprópria, não basta o dolo eventual.
- c) Dos crimes contra a administração pública: 1) o desacato é um crime de expressão, por palavras ou gestos, cuja consumação se dá no momento e lugar em que o agente pratica o ato ofensivo ou profere palavras injuriosas, desde que a ação se realize na presença do ofendido; 2) não responde por peculato o policial que, no exercício da função, pega, para si, um toca-fitas, ao revistar veículo abandonado; 3) o jurado, que impôs como obrigação, mas não recebeu do advogado de defesa, três mil dólares para absolver o homicida, responde por concussão consumada.
- d) Leis especiais: 1) o contribuinte que dolosamente insere na via que fica retida no bloco de notas fiscais, e deve ser lançada no Livro de Registro de Saídas de Mercadorias, valor inferior ao da operação, com o que reduz o ICMS a pagar, realiza o tipo do inciso II, do art. 1.º, da Lei n. 8.137/90, não respondendo pelo crime de falsidade ideológica por força do princípio da especialidade; 2) a jurisprudência dominante no STF é no sentido de que a pequena quantidade de droga não descaracteriza o delito do art. 16 da Lei n. 6.368/76; 3) pratica crime de abuso de autoridade o Delegado de Polícia que, em horário de expediente, impede o Promotor de Justiça de visitar a Delegacia de Polícia.
- e) Questões diversas: 1) com exceção da reincidência, as agravantes não se aplicam aos crimes culposos; 2) responde por crime previsto na Lei n. 6.368/

76 o sujeito que vende maconha a menino de 11 anos; 3) Tfcio, com dolo de matar, alveja seu Inimigo Caio, disparando arma de fogo. Presentindo o ataque, Caio procura desviar-se e cai num precipício, falecendo. Tfcio responderá por homicídio.

## QUESTÕES DE DIREITO CIVIL

6. Empresa loteadora faz doação de área de loteamento a congregação religiosa para a construção de igreja. A fração doada destinava-se, conforme o projeto registrado, à implantação de área verde.

Considere as seguintes assertivas:

- I — A doação podia ser feita, porque o loteador mantinha livre disposição sobre a área.
- II — O domínio do Município sobre a área não depende de título translativo de propriedade.
- III — A doação prevalece, porque a igreja constitui equipamento comunitário.
- IV — A destinação das áreas públicas pode ser alterada pelo loteador, mesmo após a aprovação do projeto, desde que sua percentagem, em relação a todo o loteamento, não fique inferior a trinta e cinco por cento (35%).
- V — No caso de desmembramento, não haveria óbice à doação.

Assinale a alternativa correta:

- a) As assertivas I e IV estão certas.
  - b) As assertivas II e III estão certas.
  - c) As assertivas II e IV estão certas.
  - d) As assertivas II e V estão certas.
  - e) As assertivas III e IV estão certas.
7. "A", menor impúbere, assistido por "B", sua mãe, move contra "C" ação de investigação, cumulada com petição de alimentos e indenização por dano moral, devido ao não reconhecimento da paternidade.

Considere as seguintes assertivas:

- I — Não há dano moral neste caso.
- II — Há dano moral, mas não existe previsão legal para a sua reparação.
- III — A falta de reconhecimento do estado de filiação ofende direito de personalidade.
- IV — A reparação do dano moral fica subsumida nos alimentos.
- V — O direito a alimentos independe de comprovação da paternidade.

Assinale a alternativa correta:

- a) Somente a assertiva I está certa.
- b) As assertivas II e III estão certas.
- c) As assertivas II e IV estão certas.
- d) As assertivas II e V estão certas.
- e) As assertivas III e V estão certas.

8. Empresa particular, respaldada em autorização municipal, vem retirando areia das margens de um rio desde 1970. A autorização expira em 31.12.92, mas enquanto providencia sua renovação, a empresa continua a atividade extrativa. Em 10.3.93, a empresa é citada para responder ação civil pública por danos causados à flora ribeirinha, à fauna e ao rio. Entrementes, a autorização é renovada em 30.3.93.

Considere as seguintes assertivas:

- I — A autorização municipal convalidou a atividade intersticial.
- II — A autorização municipal é nula.
- III — A ação está prescrita.
- IV — Nesses casos, a condenação depende de prova do nexos causal entre a atividade e os prejuízos sofridos pelas vítimas.
- V — Presume-se a culpa do explorador pelos danos à ecologia.

Assinale a alternativa correta:

- a) Somente a assertiva I está certa.
  - b) Somente a assertiva II está certa.
  - c) As assertivas III e IV estão certas.
  - d) As assertivas III e V estão certas.
  - e) As assertivas IV e V estão certas.
9. Ao cabo de união concubinária que durou dez anos, a mulher move ação contra seu ex-companheiro, pedindo indenização por serviços prestados ou partilha dos bens adquiridos na constância do concubinato. Durante a vida em comum, ela dedicou-se exclusivamente ao trabalho doméstico. Ele é casado.

Considere as seguintes assertivas:

- I — A ação não pode ser movida contra homem casado, a menos que o concubinato fosse anterior ao casamento ou que a concubina desconhecesse o estado civil do companheiro.
- II — Se, durante o concubinato, a mulher dedicou-se exclusivamente ao trabalho doméstico só tem direito à indenização por serviços prestados.
- III — Os aqüestos do concubinato só podem ser partilhados como extinção de sociedade de fato.
- IV — O concubinato adúlterino pode gerar efeitos patrimoniais em relação à meação da esposa.
- V — O conceito de união estável alterou as causas de atribuição patrimonial decorrente de vida em comum fora do casamento.

Assinale a alternativa correta:

- a) As assertivas I e II estão certas.
- b) As assertivas I e III estão certas.
- c) As assertivas I e V estão certas.
- d) As assertivas II e III estão certas.
- e) A assertiva IV está certa.

10. Produto eletrodoméstico novo, recém adquirido na loja, queima ao ser corretamente ligado na rede elétrica, na casa do consumidor.

Considere as seguintes alternativas:

- I — O produto não oferecia a segurança que dele era legitimamente esperada.
- II — O produto era impróprio ou inadequado à sua finalidade.
- III — O consumidor terá que pleitear indenização do comerciante que lhe vendeu o produto.
- IV — O consumidor terá que pleitear indenização do fabricante do produto.
- V — O fornecedor tem o prazo de 30 dias para sanar o defeito do produto.

Assinale a alternativa correta:

- a) As assertivas I, III e V estão certas.
- b) As assertivas I, IV e V estão certas.
- c) As assertivas II, III e V estão certas.
- d) As assertivas II, IV e V estão certas.
- e) As assertivas I, II e V estão erradas.

#### QUESTÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

Assinale a alternativa correta:

11. Paulo José e Heitor, em concurso de agentes, cometeram, em 15.10.92, quinta-feira, em Giruá, RS, o crime de extorsão mediante seqüestro contra Ada, moça rica, pertencente à tradicional família plantadora de soja daquela cidade missioneira. O crime teve grande repercussão na cidade; causou clamor público e havia fundadas suspeitas de que outras pessoas, com identidade ainda duvidosa, também tivessem participado do delito, junto com Paulo José e Heitor. Estes foram presos domingo, 18.10.92. Os indiciados eram de outro Estado, não eram primários, não tinham residência certa nem emprego fixo. Por isso, o Delegado de Polícia representou, nesse mesmo dia, pela prisão temporária de ambos, que, ouvido previamente o Ministério Público que com ela concordou, foi decretada pelo Juiz de Direito, pelo prazo legal, a partir de 18.10.92. Porém, em 26.10.92, segunda-feira, o Promotor de Justiça requereu, demonstrando satisfatoriamente os motivos para tal, à luz do art. 312 do Código de Processo Penal, a prisão preventiva dos indiciados, uma vez que, segundo seu entendimento, estava totalmente esgotado o prazo dessa prisão temporária, e, assim, poderia eventualmente se deferir *Habeas Corpus* aos indiciados, determinando sua soltura.

Frente a isso, o Juiz de Direito, se quiser manter os acusados presos, deverá:

- a) deferir integralmente o pedido, posto que totalmente correto o entendimento do Ministério Público, pois, se não o fizer, estará constringendo ilegalmente a liberdade individual dos acusados, ferindo o disposto no art. 5.º, LXV, da Constituição Federal.
- b) indeferir integralmente o requerimento, eis que manifestamente equivocada a tese do Promotor de Justiça, mantendo os seqüestradores na prisão, sem necessidade de nenhuma outra providência judicial e sem ferir nenhum dispositivo legal.

- c) decretar a prorrogação da prisão temporária, se o agente do Ministério Público demonstrou, à sociedade, com o pedido, a extrema e comprovada urgência da medida, com base no art. 2.º, *caput, in fine*, da Lei n. 7.960/89, julgando prejudicado o requerimento de prisão preventiva, em parte, uma vez que o prazo inicial da prisão temporária estava, realmente, esgotado.
- d) indeferir integralmente o pedido, mantendo os acusados legalmente presos, sem necessidade de nenhuma outra providência judicial, pelo exclusivo motivo de que, embora totalmente esgotado o prazo daquela prisão processual, dispunha, ainda, o Delegado de Polícia, de mais tempo para a remessa do inquérito policial a juízo, uma vez que ainda não estava esgotado o prazo legal para essa medida, previsto no art. 10, 1.ª parte, do Código de Processo Penal, dispositivo aplicável, também, aos casos de prisão provisória.
- e) nenhuma das alternativas acima é correta, restando, apenas, ao magistrado, determinar a imediata soltura dos seqüestradores, porque, embora suficientemente demonstradas e comprovadas as hipóteses do art. 312 invocado, não se pode decretar a prisão preventiva sem se esgotar o prazo da prorrogação da prisão temporária, e essa prorrogação não foi requerida “oportuno tempo”, pelo Delegado de Polícia, não podendo fazer, em seu lugar, o Ministério Público, que só é parte legítima para o requerimento inicial, e não para a prorrogação, à luz do disposto no art. 2.º, “*caput*”, da lei da Prisão Temporária, nem sendo possível, tampouco, decretá-la de ofício.

Assinale a alternativa correta:

12. Um Promotor de Justiça, numa denúncia contra Rogério e Frederico, descreveu, corretamente, o crime de roubo qualificado pelo uso de armas e concurso de agentes, cometido na forma consumada contra José Henrique, motorista de táxi, fato ocorrido na Capital deste Estado, em 5.5.93, de madrugada. A exordial acusatória continha todos os requisitos do art. 41 do Código de Processo Penal. Todavia, equivocou-se o agente do Ministério Público ao capitular o delito, indicando o art. 158, § 1.º, do Código Penal, como norma substantiva violada pelos agentes, embora, como se sabe, sejam ambos crimes contra o patrimônio e tenham o mesmo apenamento em abstrato. O Juiz de Direito, exclusivamente em razão desse equívoco, deverá:
- a) rejeitar a denúncia integralmente, com base no art. 43, III, 2.ª parte, do Código de Processo Penal, eis que a peça acusatória padece de vício absoluto e insanável (art. 564, IV, do CPP), por manifesta incoerência entre o fato descrito e a capitulação, com prejuízo aos réus (art. 563 do CPP), não servindo para desencadear validamente a ação penal pública incondicionada, mesmo sendo caso de infrações penais da mesma espécie, podendo, no entanto, ser proposta nova denúncia (art. 43, § único, do CPP).
  - b) rejeitar a denúncia parcialmente, recusando a capitulação proposta e recebendo a inicial só no que concerne ao fato descrito, dando ao crime, porém, em seu despacho, expressamente, a definição jurídica que lhe parecer adequada, com base no art. 383 do Código de Processo Penal, desde que intime, pessoalmente, o agente do Ministério Público para os efeitos do art. 569 do mesmo diploma legal.
  - c) receber a denúncia parcialmente, rejeitando a parte concernente à descrição do fato delituoso, e aceitando a capitulação, eis que como esta decorre de lei, (art. 158, § 1.º, do CP), prepondera sobre aquela, que é exclusiva criação intelectual que foi recebida, resolvendo o juiz a questão, em definitivo, só na sentença final de mérito.

- d) receber a denúncia integralmente, tal como se encontra, mesmo que a considere incorreta, no todo ou em parte, eis que o Juiz não pode agir de ofício, só devendo decidir o incidente, ou na sentença final, ou, se o réu arguir o equívoco na defesa prévia (art. 395 do CPP), hipótese esta em que deverá determinar ao Promotor de Justiça que adite a inicial, única forma processual capaz de salvar a ação penal.
- e) nenhuma das alternativas acima é correta.

Assinale a alternativa correta:

13. Evaristo e Bento, em maio de 1990, à noite, agindo em conjunto, destruíram a veneziana da casa de veraneio de Roberto, nela entrando. Subtraíram um aparelho de televisão, uma rede, três carretilhas de pescar e alguma importância em dinheiro. Quando saíam pela mesma janela, com os objetos, foram presos em flagrante por Damásio e Nelson, policiais militares que faziam o policiamento preventivo e ostensivo de rua. Para evitar a prisão, eles agrediram os policiais a socos e pontapés, causando-lhes ferimentos leves, mas, mesmo assim, a custódia se consumou. Investigando a vida de ambos, a polícia descobriu, ainda, que Bento tinha em depósito, em sua casa, diversas porções de cocaína e "cannabis sativa", tóxico destinado à distribuição onerosa e gratuita a estudantes de colégios daquele bairro, prática que ele ainda executara poucas horas antes de ser preso, como confessara. O auto de prisão em flagrante foi homologado. Ambos foram denunciados, em agosto do mesmo ano, por tentativa de furto qualificado e resistência, sendo Bento denunciado, também, pelo mencionado crime de tóxico.

O procedimento processual adequado deverá ter:

- a) 5 dias para denúncia; 3 dias para defesa prévia; no máximo 30 minutos às partes para os debates orais; 5 dias para sentença; 5 dias para eventual recurso de apelação; 8 dias para razões; 8 dias para contra-razões, pois um dos crimes aqui narrados não tem pena de reclusão, aplicando-se o disposto no art. 539, "caput", do Código de Processo Penal.
- b) 3 dias para denúncia; 3 dias para alegações preliminares; despacho saneador em 48 horas; 30 minutos, no máximo, a cada uma das partes, para os debates orais; 5 dias, no máximo, para sentença; 5 dias para eventual recurso de apelação; 8 dias para razões e igual prazo para resposta do apelado, porque este é o rito dos crimes de tóxico que estava em vigência na época do cometimento desses fatos delituosos, e porque, sendo lei especial (Lei n. 6.368/76), prefere à lei geral (CPP).
- c) 5 dias para denúncia; 3 dias para a defesa prévia; 24 horas para diligências; 3 dias para as alegações finais às partes; 10 dias para a sentença; 5 dias para eventual recurso de apelação; 8 dias para razões e 8 dias para contra-razões, eis que este é o rito dos crimes de competência do juiz singular.
- d) 10 dias para o Delegado de Polícia remeter os autos do flagrante ao Juiz de Direito; 6 dias para o oferecimento da denúncia; 48 horas para o magistrado ordenar a requisição dos réus; 6 dias para as alegações preliminares; 96 horas para o despacho saneador; uma hora, no máximo, para cada uma das partes debater o feito; 10 dias para a sentença; 5 dias para eventual recurso de apelação; 8 dias para razões e, também, 8 dias para contra-razões, porque este é o rito previsto pela Lei de Tóxicos para o crime de tráfico de drogas, a partir da vigência da Lei dos Crimes Hediondos que, embora não vigente na época desses crimes, por ser, nessa parte, lei exclusivamente processual, é aplicável mesmo a fatos pretéritos.
- e) nenhuma das alternativas acima é correta.

Assinale a alternativa correta:

14. O Ministério Público denunciou Heleno por receptação, descrevendo conduta exclusivamente dolosa, porque este comprou de Júlio um revólver que, segundo a denúncia, o adquirente sabia ser produto de crime de roubo contra um banco. O Promotor de Justiça indicou o art. 180, "caput", do Código Penal, como o dispositivo legal adequado ao caso, e o feito teve o rito do art. 498 a 502 do Código de Processo Penal. O juiz de Direito, porém, fundando-se no art. 383, deste diploma legal, deu ao fato definição jurídica diversa, eis que entendeu a hipótese, pela análise da prova dos autos, como culposa, e não dolosa, e condenou Heleno pelo crime do art. 180, § 1.º, do Código Penal. A pena foi a mínima.

A decisão do magistrado está:

- a) totalmente correta, eis que, se podia usar da prerrogativa do art. 383, do Código de Processo Penal, ainda que, em consequência, tivesse que aplicar pena mais grave, com muito mais razão poderia fazê-lo para sancionar o acusado com pena de menor gravame, e, ademais, as partes, se inconformadas, poderiam do decisório recorrer.
- b) totalmente correta, eis que o rito processual aplicado (ordinário) ensejou possibilidade de defesa mais ampla da que teria o réu se o rito tivesse sido o previsto para o crime pelo qual resultou condenado (sumário), não se podendo, destarte, falar em prejuízo (art. 563 do CPP).
- c) parcialmente incorreta em razão do rito aplicado, todavia, como não resultou prejuízo ao réu quanto à pena imposta, que foi de menor gravame e no mínimo legal, a sentença não merece censura (art. 563 do CPP).
- d) totalmente incorreta, pois o magistrado devia aplicar simplesmente o disposto no art. 384, "caput, do Código de Processo Penal.
- e) totalmente incorreta, eis que devia o Juiz de Direito aplicar o disposto no art. 384, parágrafo único, do Código de Processo Penal, mesmo que a pena a ser imposta fosse menos grave, pois entendendo, como entendeu, diverso o elemento subjetivo do delito, só com o aditamento ali previsto, que equivale a uma nova ação penal, poderia salvar o processo.

Assinale a alternativa correta:

15. Edgar foi denunciado pelo crime de lesão corporal grave na pessoa de Celso. Na época do fato, tinha o réu 19 anos, era viciado em drogas e não tinha emprego nem residência fixa. Embora fosse primário, já havia sido condenado e punido com pena de reclusão, e seus antecedentes eram péssimos. Com base nisso, o Promotor de Justiça requereu e obteve, no mesmo despacho que recebeu a denúncia, a prisão preventiva do acusado. Desse despacho foi o réu intimado em 19.3.93, uma sexta-feira, pela manhã; seu defensor constituído foi intimado em 26.3.93, também numa sexta-feira, ambos em cartório. Inconformado, não admitiam ser caso de prisão preventiva, e, quanto ao crime, entendiam já ter ocorrido a prescrição da pretensão punitiva, pela menoridade do agente, e, portanto, injustificável a denúncia. Atacaram, por isso, o referido despacho. Propuseram Recurso em Sentido Estrito, com base no art. 581, V, do Código de Processo Penal, exclusivamente, tendo a petição, já com as razões, sido entregue em cartório dia 5.4.93, uma segunda-feira, também pela manhã. As razões, contudo, só se insurgiram contra o recebimento da denúncia, nada alegando quanto à prisão preventiva. A Câmara Criminal, por maioria de votos, entendeu correta a tese da ocorrência da prescrição da pretensão punitiva e, por conseguinte, ilegal a prisão.

O acórdão, assim, abstraido o voto vencido, deverá:

- a) conhecer do Recurso em Sentido Estrito, eis que cabível e tempestivo, e lhe dar total provimento para trancar a ação penal proposta e revogar o decreto de prisão preventiva do acusado, determinando sua imediata liberdade se por outro motivo, estranho aos autos, não deva permanecer preso, forte no art. 5.º, LXV, da Constituição Federal.
- b) conhecer do recurso como Apelação, porque não cabe Recurso em Sentido Estrito contra decisão que recebe a denúncia, aplicando o Princípio da Fungibilidade, eis que obedecidos aos prazos de interposição e de razões, e, no mérito, provê-lo integralmente, acolhendo ambas as pretensões da defesa do recorrente.
- c) não conhecer do Recurso em Sentido Estrito, em razão de sua interposição extemporânea, motivo pelo qual tampouco se pode aplicar o Princípio da Fungibilidade, mas conceder “Habeas Corpus” de ofício, determinando o trancamento da ação penal por falta de justa causa, decorrente da prescrição punitiva, e a imediata soltura do paciente, forte no art. 648, I, e art. 654, parágrafo 2.º, ambos do Código de Processo Penal.
- d) conhecer do Recurso em Sentido Estrito, eis que cabível e tempestivo, sendo irrelevante a omissão das razões contra o despacho que decretou a prisão preventiva, já que houve razões de inconformidade contra o recebimento da denúncia, matéria mais abrangente e que absorve o assunto relativo à decretação da cautelar.
- e) conhecer do recurso como Apelação, porque prescrição é matéria de mérito, e mérito se ataca pela “appellatio”, e não como Recurso em Sentido Estrito, aplicando-se o Princípio da Fungibilidade, já que tempestiva a interposição, independentemente de razões, eis que aquele tipo de recurso devolve à instância “ad quem” toda a matéria, de direito e de fato.

## QUESTÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

16. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Mesmo no processo em que apenas um dos co-réus contestou a ação, é em dobro o prazo para o contestante recorrer e falar nos autos.
- b) O defensor público quando atua pela assistência judiciária gratuita, tem prazo em dobro para recorrer.
- c) Sendo a Fazenda Pública litisconsorte de outro litigante, tem prazo em dobro para falar nos autos.
- d) O oponente, por não ser litisconsorte, não tem prazo em dobro para recorrer.
- e) Em caso de co-devedores, o prazo para embargar não é contado em dobro.

17. Assinale a alternativa incorreta:

- a) O depósito pelo devedor, da importância do crédito para discutir a sua legitimidade, afasta a declaração de insolvência, mesmo que suas razões sejam julgadas improcedentes.
- b) Habilitado o crédito no pedido de insolvência não pode o credor cobrá-lo, em outro processo ao insolvente.
- c) Não é possível transformar a execução por quantia certa em pedido de insolvência.

- d) A declaração de insolvência do devedor acarreta a suspensão da ação de depósito.
- e) A remição do bens pode ser deferida na insolvência, independentemente da extinção das obrigações do devedor insolvente.

18. Assinale a alternativa correta:

Márcia, menor impúbere, devidamente representada por sua mãe, ajuizou ação, pedindo alimentos, contra Paulo, com fundamento em escrito particular deste, no qual reconhecia a paternidade daquela. O prazo para contestação de Paulo e o número de testemunhas que poderão ser arroladas deverá ser de:

- a) de 5 (cinco) dias, podendo arrolar 10 (dez) testemunhas.
- b) de 3 (três) dias, podendo arrolar 3 (três) testemunhas.
- c) a contestação deverá ser oferecida na audiência de conciliação e julgamento a ser designada, podendo arrolar 3 (três) testemunhas.
- d) a contestação deverá ser oferecida na audiência de conciliação e julgamento a ser designada, podendo arrolar 10 (dez) testemunhas.
- e) de 15 (quinze) dias, podendo arrolar 10 (dez) testemunhas.

19. Marque a alternativa incorreta:

- a) Da decisão proferida pelo relator, no Superior Tribunal de Justiça, por ocasião do julgamento de agravo de instrumento, interposto contra decisão que negou seguimento ao recurso, cabe embargos declaratórios.
- b) Cabe recurso extraordinário da decisão de juiz singular.
- c) O ponto omissis de decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, pode ser objeto de recurso especial.
- d) O recurso especial, quanto à parte não unânime do julgado, não pode ser interposto de acórdão que julgou a apelação.
- e) A interposição de recurso especial independente, impede o recurso adesivo, em caso de sucumbência recíproca.

20. Assinale a alternativa correta:

- a) É necessário citar o terceiro para intervir na ação como assistente.
- b) É admissível a denúncia da lide no processo cautelar.
- c) A oposição e o chamamento ao processo é dirigida somente ao autor.
- d) Cabe oposição em processo de execução.
- e) É necessária nova citação, mesmo que o nomeado à autoria já seja parte na ação.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

21. Considere as seguintes assertivas:

- I — Embora o direito ao “habeas data” seja personalíssimo, a jurisprudência tem admitido que certos parentes do “de cujus” possam utilizar-se desse remédio constitucional para a retificação de dados desabonatórios acerca do falecido.
- II — Os direitos e garantias individuais consagrados pelo art. 5.º da Constituição Federal não propiciam, em geral, a impetração de mandado de injunção.

- III — A lei que contraria a Constituição é considerada nula, em face do princípio da rigidez e da conseqüente supremacia formal da Constituição.
- IV — Podem legislar sobre direito urbanístico a União Federal, os Estados, o Distrito Federal e, supletivamente, os Municípios.

Assinale a alternativa correta:

- a) Somente as assertivas I e IV estão certas
- b) As assertivas II, III e IV estão certas
- c) As assertivas I, III e IV estão certas
- d) As assertivas II e IV estão erradas
- e) Somente a assertiva III está errada

22. Considere as seguintes assertivas:

- I — A remuneração dos empregados de uma sociedade de economia mista controlada pelo Estado-membro não pode ser superior a dos Secretários do respectivo Estado (Secretários de Estado), excluídas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.
- II — É passível de ação popular o ato praticado pela Diretoria de uma sociedade de economia mista e realizado segundo a lei.
- III — Compete ao Tribunal de Justiça do Estado julgar, por maioria absoluta de seus membros, a constitucionalidade de lei complementar estadual em conflito com a Constituição do Estado-membro.
- IV — O julgamento das contas dos gestores de recursos públicos, pelo Tribunal de Contas do Estado, não é suscetível de apreciação judicial, em face da competência constitucional da Corte de Contas.

Assinale a alternativa correta:

- a) As assertivas I e IV estão erradas.
- b) Somente a assertiva I está errada.
- c) Somente a assertiva IV está errada.
- d) As assertivas I, II estão erradas.
- e) As assertivas II e III estão erradas.

23. Considere as seguintes assertivas:

- I — Segundo o entendimento dominante, pode um empregado ocupante de cargo do quadro de escriturários de uma sociedade de economia mista ser promovido por merecimento ao cargo inicial de carreira de técnico-científico da mesma companhia.
- II — Segundo nosso sistema de repartição de competências, a lei federal complementar revoga a lei municipal ordinária, havendo contradição entre as mesmas.
- III — Lei municipal ordinária pode alterar disposição da Lei Orgânica do Município, desde que não trate de matéria reservada à lei complementar.
- IV — Compete ao Senado Federal suspender a executoriedade de lei julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, no método de controle concentrado da constitucionalidade das leis.

Assinale a alternativa correta:

- a) As assertivas I, II e IV estão certas.
- b) As assertivas II, III e IV estão certas.
- c) Somente a assertiva IV está certa.
- d) Todas as assertivas estão erradas.
- e) Somente as assertivas I e IV estão certas.

24. Considere as assertivas abaixo:

- I — Ato de diretoria de entidade privada, agindo apenas como delegatária da autoridade pública, não é passível de mandado de segurança.
- II — Compete ao Estado-membro estabelecer o horário de funcionamento do comércio no âmbito de seu território.
- III — O Presidente da República não pode delegar nenhuma competência exclusiva.
- IV — A matéria constante do projeto de lei rejeitado só poderá ser objeto de novo projeto na mesma legislatura se houver proposta da maioria absoluta dos Deputados Federais ou dos Senadores.

Assinale a alternativa correta:

- a) As assertivas I e III estão certas.
- b) As assertivas III e IV estão certas.
- c) As assertivas I, II e IV estão erradas.
- d) Somente a assertiva I está certa.
- e) Nenhuma das alternativas está correta.

25. Considere as seguintes assertivas:

- I — O conceito moderno de Estado é composto pelos elementos Povo, Território, Poder Político Soberano e Finalidade, que, no direito brasileiro, encontra-se expressa no art. 3.º da Constituição Federal.
- II — A administração direta e indireta do Estado do Rio Grande do Sul está obrigada a conferir livre acesso aos deputados estaduais em suas dependências, mesmo sem prévio aviso, prestando-lhes informações.
- III — O procurador-geral do Estado não poderá abster-se de defender a norma legal atacada por ação direta de inconstitucionalidade, em tese, perante o Tribunal de Justiça do Estado, mesmo que flagrantemente inconstitucional.
- IV — O prefeito municipal sancionará ou vetará o projeto de lei orgânica que lhe for submetido, no prazo de 15 (quinze) dias, sendo que, decorrido o prazo, o silêncio importará em sanção tácita.
- V — A Constituição Brasileira classifica-se como sendo rígida, dogmática e analítica.

Assinale a alternativa correta:

- a) As assertivas I, IV e V estão certas.
- b) As assertivas II, III e IV estão certas.
- c) Somente as assertivas II e IV estão certas.
- d) Somente as assertivas I e V estão certas.
- e) Nenhuma alternativa está correta.

## QUESTÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

26. É extinto determinado cargo público. Assinale a alternativa correta, relativamente às conseqüências que tal extinção acarretará ao funcionário que exercia o cargo:
- a) Se o funcionário já tinha estabilidade, deverá ser posto em disponibilidade remunerada. De outro lado, se o funcionário estava, ainda, em estágio probatório, deverá ser exonerado.
  - b) Pelo princípio da isonomia, não pode ser feita distinção no caso. Por isso, independentemente de o funcionário ser estável, ou não, deverá ser colocado em disponibilidade remunerada.
  - c) Face ao óbice da inamovibilidade, o funcionário, tanto o estável quanto o que estiver em estágio probatório, deverá ser aproveitado em outro cargo público.
  - d) Se o funcionário for estável, deverá ficar em disponibilidade; se, porém, estiver em estágio probatório, deverá ser posto em disponibilidade não remunerada.
  - e) Necessariamente, independentemente de sua condição, o funcionário deverá ser exonerado.
27. Assinale a alternativa correta:
- a) A empresa pública da União é pessoa jurídica de direito público, criada por lei específica mediante proposta do Presidente da República, dotada de capital público, com objetivo de exercer atividades econômicas.
  - b) A entidade autárquica é pessoa jurídica de direito público, criada por lei, com patrimônio próprio e funções típicas do Estado, sem subordinação hierárquica.
  - c) Constitui convênio a prestação de serviço de utilidade pública, realizada por pessoa física ou sociedade comercial, mediante contrato do poder estatal constituído.
  - d) O bem do patrimônio disponível é o que pode ser alienado (vendido, permutado, ou cedido para exploração econômica), mediante licitação pública desde que declarada sua desafetação.
  - e) As fundações públicas, embora instituídas pelo Poder Público e por ele mantidas, se extinguem pelo distrato.
28. Assinale a alternativa correta:

O poder de Polícia é:

- a) O mecanismo de que dispõe a polícia para a manutenção da ordem pública visando a evitar danos ao patrimônio.
- b) A faculdade da Administração para condicionar e limitar o uso do bem público em detrimento dos cofres da comunidade.
- c) O conjunto de normas emitidas pela Administração para restringir ou suspender, em favor do interesse público, direitos individuais.
- d) A faculdade da Administração de restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado.
- e) A faculdade de que dispõe os órgãos de inspeção de apurar e punir seus servidores quando incidirem em falta funcional.

29. Assinale a alternativa incorreta:
- a) A concessão é uma modalidade de delegação cujo contrato é bilateral, oneroso, comutativo e realizado “intuitu personae”.
  - b) Ao término do contrato de concessão ocorre a reversão, que é o retorno do serviço ao concedente.
  - c) A permissão também é uma modalidade de delegação cujo contrato é ajuste de direito administrativo bilateral, oneroso, comutativo e realizado “intuitu personae”.
  - d) A autorização é uma modalidade de delegação por ato unilateral, precário e discricionário do Poder Público.
  - e) O serviço de táxi é um exemplo de serviço autorizado.
30. Assinale a alternativa correta:
- a) Tanto os consórcios como os convênios podem ser celebrados entre pessoas jurídicas da mesma espécie.
  - b) Os consórcios administrativos são regidos pelos mesmos princípios e preceitos dos convênios.
  - c) Tanto os consórcios como os convênios só podem ser celebrados entre pessoas jurídicas de espécies diferentes.
  - d) Os convênios são contratos administrativos firmados entre entidades da mesma espécie.
  - e) Tanto os convênios como os consórcios são novas formas de prestação de serviços pelos quais os particulares repassam seus serviços a terceiros.

## GABARITO\*

### PORTUGUÊS

- 1 — D
- 2 — E
- 3 — A
- 4 — A
- 5 — C
- 6 — C
- 7 — E
- 8 — D
- 9 — C
- 10 — C
- 11 — A
- 12 — C
- 13 — E
- 14 — B
- 15 — A
- 16 — B
- 17 — D
- 18 — A
- 19 — C
- 20 — D
- 21 — D
- 22 — B
- 23 — D
- 24 — B
- 25 — E
- 26 — A
- 27 — B
- 28 — A
- 29 — B
- 30 — B

### CONHECIMENTOS JURÍDICOS

- 1 — E
- 2 — C
- 3 — D
- 4 — E
- 5 — B
- 6 — D
- 7 — E
- 8 — B
- 9 — E
- 10 — E
- 11 — B
- 12 — E
- 13 — C
- 14 — D
- 15 — C
- 16 — A
- 17 — D
- 18 — E
- 19 — C
- 20 — B
- 21 — E
- 22 — C
- 23 — D
- 24 — C
- 25 — E
- 26 — A
- 27 — B
- 28 — D
- 29 — C
- 30 — B

\* OBS.: AS QUESTÕES DE N.ºS 7, 10, 19, 20 E 30 DE CONHECIMENTOS JURÍDICOS FORAM ANULADAS. EM PORTUGUÊS FORAM ANULADAS AS QUESTÕES DE N.ºS 23 E 25.